

CNMP DISCUTE A POSSIBILIDADE DE PERMUTA ENTRE MEMBROS DO MP



Em sessão plenária na última quarta-feira (27), o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) analisou a possibilidade de permuta entre os membros dos Ministérios Públicos dos Estados.

O relator da matéria, conselheiro Leonardo Carvalho, apresentou voto afirmando ser favorável à possibilidade de permuta, mas concluindo que o CNMP não tem competência para disciplinar o procedimento – o que deveria ser feito por meio de lei complementar estadual.

O julgamento foi suspenso devido ao pedido de vista dos conselheiros Cláudio Portela, Fábio Stica e Sérgio Ricardo Souza. Na oportunidade manifestaram-se claramente favoráveis à possibilidade de permuta os conselheiros Antônio Pereira Duarte, Marcelo Ferra de Carvalho, Esdras Dantas, Walter de Agra Júnior, Otávio Brito Lopes, Sérgio Ricardo Souza e Valter Shuenquener de Araújo. Mas não está definido se haverá necessidade de lei estadual ou se o próprio CNMP poderá regulamentar por meio de resolução. Essas questões ainda serão debatidas pelo plenário do Conselho.

O promotor de Justiça Eudo Leite representou a Conamp na ocasião e realizou sustentação oral em defesa da permuta. A entidade participa dos debates sobre o tema desde que as discussões começaram no CNMP em 2015.

Em contínuo debate com os conselheiros do CNMP, membros do MP e da magistratura, a CONAMP busca construir uma reflexão coletiva acerca de soluções e medidas quanto aos requisitos e procedimentos da permuta.

Além elaborar um estudo técnico e uma sugestão de regulamentação entregue ao conselheiro

Leonardo Carvalho, a Conamp participou de audiência temática no Conselho Nacional de Justiça. Foi aprovada ainda moção em favor da permuta durante o XXI Congresso Nacional do Ministério Público e associados da entidade produziram também um vídeo explicativo sobre o processo de permuta.

Riscos inerentes à atividade dos membros do MP

Uma preocupação constante das entidades são os riscos inerentes à atividade dos membros do Ministério Público. E por isso, nesta mesma sessão plenária do CNMP, a presidente da Conamp, Norma Cavalcanti, defendeu a caracterização do exercício das funções do Ministério Público como atividade de risco.

“Aqui eu luto pelo maior bem do Ministério Público – a vida dos membros do MP”, afirmou Norma durante a manifestação. A presidente da CONAMP lembrou ainda casos emblemáticos de assassinatos de membros do MP em decorrência do exercício funcional.

O relator da matéria, conselheiro Orlando Rochadel, votou pelo reconhecimento “de que o labor ministerial enquadra-se como atividade de risco inerente”. O conselheiro disse também que o estudo técnico da CONAMP sobre o tema subsidiou a elaboração de seu voto.

O julgamento, no entanto, foi suspenso devido ao pedido de vista do conselheiro Walter de Agra. Adiantaram os votos acompanhando o relator os conselheiros Sérgio Ricardo, Antônio Duarte, Marcelo Ferra, Otávio Brito, Fábio Stica e Cláudio Portela.



CONGRESSO DO MP GAÚCHO RECEBE REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DA CONAMP



A próxima reunião ordinária do conselho deliberativo da CONAMP será realizada durante o XIII Congresso Estadual do Ministério Público do Rio Grande do Sul. O evento ocorre de 3 a 6 de agosto de 2016, na serra gaúcha, no Hotel Serra Azul em Gramado (RS).

A reunião da Conamp está marcada para o dia 5 de agosto. Entre os itens da pauta estão os preparativos para o ato público em defesa do Ministério Público e da Magistratura e o debate acerca de proposições legislativas que afetam o MP e o sistema de Justiça, como o projeto que

regulamenta o abuso de autoridade, o PLP 257 e a reforma do Código de Processo Penal.

Evento

O tema do Congresso Estadual do MP gaúcho é o papel do Ministério Público na defesa da sociedade e da democracia brasileira. Na oportunidade será entregue o prêmio Melhor Arra-

zoado Forense 2016. Foram inscritas 11 peças nas categorias criminal e cível.

Já estão confirmados como palestrantes o jurista português Paulo de Sousa Mendes; Clóvis de Barros Filho; e o ministro Gilmar Mendes do Supremo Tribunal Federal.

Durante o evento o presidente da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMPRS), Sérgio Harris, irá lançar o livro de sua autoria “Delitos Cumulativos e a Tutela Ambiental”. Haverá sessão de autógrafos.

CNMP RECOMENDA PRORROGAÇÃO DA LICENÇA PATERNIDADE NOS MPS

O Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) aprovou na última terça-feira (26), a recomendação aos órgãos do Ministério Público brasileiro para que instituem programa de prorrogação da licença paternidade a seus membros e servidores, por meio da edição de ato administrativo. Pela decisão, a licença mais a prorrogação poderão chegar a vinte dias.

Por unanimidade, o Plenário acatou o voto

do relator, conselheiro Fábio Stica. “Em decorrência da prioridade absoluta da proteção à criança prevista na Constituição, a interpretação sistemática do ordenamento jurídico deve ser, também, no sentido de conceder aos membros e servidores públicos do Ministério Público a prorrogação da licença paternidade”, afirmou o relator.

Membros da diretoria e do conselho deliberativo da Conamp acompanharam a sessão.

AGENDA APMP



XIII CONGRESSO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

Trabalha com os membros para o Protocolo Nacional
25 a 27 de outubro de 2016 - Florianópolis - Santa Catarina

A Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Amcon) realiza a 13ª edição do Congresso Nacional do MP de Contas. O evento vai ocorrer **de 25 a 27 de outubro de 2016**, no Costão do Santinho, Florianópolis-SC. O encontro debate o papel dos órgãos de controle externo no combate à corrupção e na efetivação das políticas públicas no Brasil.

Para se inscrever, acesse: www.13congresso-amcon.com.br



FÓRUM BRASIL DE DIREITO ELEITORAL



HOTEL BAHIA OTHON PALACE | 04, 05 e 06 de agosto de 2016

A Escola Superior de Advocacia da OAB/BA e a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Bahia realizam **nos dias 4, 5 e 6 de agosto de 2016**, no auditório Ondina do Hotel Bahia Othon Palace, em Salvador, o fórum Brasil de Direito Eleitoral, que vai contar com os maiores nomes da área Eleitoral no Brasil com a finalidade de discutir os temas mais polêmicos das leis eleitorais e da democracia. Com presenças já confirmadas, ministros e ex-ministros do Tribunal Superior Eleitoral, juízes membros de Tribunais Regionais Eleitorais, membros do Ministério Público Eleitoral, juristas, professores da área eleitoral, parlamentares e governantes, além de advogados com vasta experiência no Direito Eleitoral, tendo eles atuação no TSE e nos TREs, na defesa de partidos políticos e em campanhas para presidente da República, de governadores e prefeitos das mais variadas cidades do Brasil.

Ainda dá tempo de se inscrever: www.forumeleitoral.com.br



5 Congresso Nacional do MPD

Ministério Público e Sociedade
25 anos de construções democráticas

O aprimoramento da atuação do Ministério Público brasileiro para o melhor atendimento à comunidade e defesa dos direitos garantidos e conquistados pelos cidadãos a partir da Constituição de 1988 será o enfoque do 5º Congresso Nacional do Movimento do Ministério Público Democrático, que vai acontecer **de 24 a 26 de agosto de 2016**, em São Paulo. O evento vai reunir importantes nomes do mundo jurídico, do meio acadêmico, da comunicação e de outras áreas de atuação, assim como representantes da sociedade civil. A conferência de abertura já tem a presença confirmada da vice-procuradora-geral da República e integrante do MPD, Ela Wiecko, e do procurador-geral-adjunto de Portugal e representante daquele país na Unidade Europeia de Cooperação Judiciária (Eurojust), António Cluny.

Mais informações pelo telefone (11) 3241-4313 e no hotsite do evento www.mpd.org.br/5congresso



Simpósio de Direito Processual Civil

Coordenador: Daniel Amorim Assumpção Neves

A Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (FESMPDFT) promove, **de 16 a 18 de agosto de 2016**, o Simpósio de Direito Processual Civil. O evento tem como objetivo a apresentação e o debate de casos práticos sobre os temas Princípios Processuais, Tutela Provisória, Julgamento de Casos Repetitivos e Recursos.

No simpósio, que ocorre sob a coordenação do jurista de renome nacional, Daniel Amorim Assumpção Neves, os institutos jurídicos serão expostos por um seleto grupo de 12 especialistas da lei que entrou em vigor em 18 de março deste ano.

Para se inscrever, acesse o site da FESMPDFT: www.fesmpdft.org.br



CONSINTER

5, 6 Y 7 DE OCTUBRE DE 2016

III SIMPOSIO INTERNACIONAL CONSINTER / UNIVERSIDAD COMPLUTENSE DE MADRID

Com o objetivo de servir como um lugar de reunião para os alunos de pós-graduação (mestrandos e doutorandos) e pesquisadores, onde possam discutir os resultados dos seus trabalhos, assim como trocar conhecimentos e experiências, II Simpósio Internacional CONSINTER/PUC-SP vai acontecer na Universidad Complutense de Madrid – Facultad de Derecho, **nos dias 5, 6 e 7 de outubro de 2016**.

FECHA DE SIMPOSIO
5, 6 y 7 de octubre de 2016

LOCAL
Universidad Complutense de Madrid - Facultad de Derecho